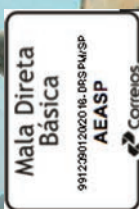


JORNAL DO ENGENHEIRO Agrônomo

ANO 44, Julho/Agosto de 2016, nº 290



AEASP



Um panorama da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil

Universidade

Engenheiros agrônomos
falam da experiência de viver
em moradias estudantis

Entrevista

Alcides de Moura Torres
Junior, fundador da
Scot Consultoria

Matéria de Capa 6

Assistência Técnica e Extensão Rural



Repúblicas
estudantis

Escola da
Vida

Mercado
em foco

Defesa de
peso

Notícias agro

3

Artigo | *Fernando Penteadó Cardoso*

4

Artigo | *Túlio Teixeira de Oliveira*

5

Artigo | *Antonio Carlos Moreira*

10

Entrevista | *Alcides Torres*

12

Município em foco | *Guaratinguetá*

16

Ciência | *Controle Biológico*

18

Em recente viagem, onde a ausência das atividades cotidianas nos proporcionam momentos de reflexão, veio-me à mente algumas constatações.

Na engenharia civil brasileira, é inquestionável a capacidade de construir grandes obras em concreto armado. Hoje, é constante também a utilização de perfis metálicos em grandes edifícios. Ambas as tecnologias oferecem à sociedade ambientes extremamente satisfatórios. Não temos notícia de nenhuma disputa entre os engenheiros civis acerca dos métodos empregados, menos ainda, qualquer atitude que questione ou despreze as técnicas utilizadas.

Na agricultura brasileira, quando existe a participação dos engenheiros agrônomos, vemos uma disputa irracional a respeito das técnicas empregadas, sejam elas as ditas convencionais, que se utilizam de produtos químicos, sejam elas as definidas como orgânicas.

Os dois sistemas de produção, quando executados dentro de padrões tecnológicos que tenham suporte em teorias acadêmicas, pesquisas e experimentos de indiscutíveis valores, entregam à sociedade produtos de qualidade.

Entendo ser o momento oportuno para que a engenharia agrônoma brasileira, unida, promova um amplo debate para que a nação, de uma vez por todas, conheça a importância e a garantia da produção agrícola responsável. O setor produtivo agrícola é indispensável e deve ser respeitado independentemente de sua dimensão territorial, da técnica adequada utilizada ou de ideologias.

As atividades agrícolas têm como premissa a sustentabilidade. Ao respeitar e preservar os recursos naturais, produzindo com a desejável sinergia das técnicas disponíveis, garante-se a oferta de alimentos, fibras e energia demandadas.

No próximo mês de setembro, realizaremos o XXII Congresso Paulista de Agronomia em Itapetininga, onde aprimoraremos nossos conhecimentos. Desde já, convido a todos a participarem.

No intuito de valorizar e motivar nossa categoria, transcrevo um texto que recebi:

O líder espiritual Paramahansa Yogananda estava com um grupo de devotos em uma meditação no deserto, em volta de uma fogueira, quando um de seus discípulos interrompeu o silêncio da prática e perguntou: "Mestre, nascemos sozinhos e morremos sozinhos. Por que precisamos desses encontros e retiros?" Yogananda, mantendo o silêncio meditativo, apenas tirou uma brasa da fogueira e todos notaram que ela esfriou muito rápido. Em seguida, Yogananda devolveu a brasa à fogueira e a brasinha que tinha apagado se iluminou e incandesceu. Sem precisar de uma única palavra, Yogananda mostrou ao grupo a importância das conexões.

Juntos somos mais fortes!

Angelo Petto Neto
Presidente da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo



Censo

A Secretaria de Agricultura de São Paulo vai atualizar a base de dados sobre as propriedades agropecuárias do Estado. É o Lupa, que corresponde ao censo do agronegócio paulista e, depois de cinco anos, terá uma nova edição. A coleta de dados será realizada entre agosto deste ano e julho de 2017.

Pirataria

O governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, anunciou que fará um monitoramento detalhado de cada grama de defensivo agrícola vendido em território paulista. O controle será executado pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da pasta, por meio do sistema eletrônico Gestão de Defesa Animal e Vegetal (Gedave). O objetivo é impedir o comércio e o uso de produtos ilegais, que possam causar danos ao meio ambiente e a quem os aplica.

Infraestrutura

As obras de duplicação da ferrovia Campinas-Santos, iniciadas em 2011, entraram na reta final. Com investimentos que somam R\$ 730 milhões, o principal corredor ferroviário de exportação do país terá sua capacidade ampliada a partir deste ano, informa a Rumo, concessionária de ferrovias que opera a Malha Paulista. Os trechos duplicados vêm sendo liberados gradualmente para o tráfego ferroviário. Com a duplicação, a capacidade da ferrovia poderá aumentar 3,5 vezes – de 2 milhões para 7 milhões de toneladas ao mês –, dependendo de outros investimentos nas estruturas de acesso aos terminais e em novas moegas ferroviárias.

Despedida

A AEASP expressa pesar pela morte do engenheiro agrônomo José Tadashi Yorinori, pesquisador da Embrapa Soja, de Londrina (PR). Ele faleceu, aos 72 anos, após sofrer parada cardíaca. Com o mestrado nos Estados Unidos e considerado um dos maiores fitopatologistas do país e referência internacional na cultura da soja, atribui-se a Tadashi Yorinori as primeiras pesquisas que possibilitaram a identificação da doença ferrugem asiática no Brasil. O combate ao cancro da haste também foi outro estudo do fitopatologista. Ele era considerado o 'pai do vazio sanitário', um dos mais eficientes mecanismos que mantêm a sanidade das lavouras de soja do país. Nos seus mais de 40 anos de pesquisa e experiência, Yorinori conquistou a admiração da comunidade científica.



Arquivo pessoal

ADEALQ: Exposição

Ao se aproximar do ano em que a tradicional Semana Luiz de Queiroz, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (USP/ESALQ), atingirá sua 60ª edição, a Associação de Ex-alunos da ESALQ (ADEALQ) prepara-se para reverenciar a simbólica data que ocorrerá em outubro de 2017. Os preparativos se iniciam com o anúncio do lançamento do concurso fotográfico "Imagens da ESALQ". Desde o último dia 5 de julho, informações e orientações sobre como participar do concurso encontram-se em uma página do site da ADEALQ (www.adealq.org.br), lançada especialmente para divulgar a atividade.

Posse

No dia 30 de junho de 2016, a Cooperceres realizou a cerimônia de posse da nova diretoria executiva da instituição. O diretor da AEASP, Nelson Matheus, é um dos nomes a assumir um posto como diretor da organização. A Cooperceres é a cooperativa financeira dos servidores da Secretaria da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo. Foi fundada em 23 de junho de 1997.

AGENDA

Congresso ANDAV

A sexta edição do Congresso Andav – Fórum & Exposição será realizada de 15 a 17 de agosto, no Transamerica Expo Center, em São Paulo, capital. O evento é promovido pela ANDAV – Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários e reunirá especialistas que vão abordar temas estratégicos e cases de sucesso, promovendo a troca de informações e experiências com os profissionais do setor. Além do fórum com palestras, painéis e debates, a exposição conta com a participação de mais de 70 empresas de diferentes setores da cadeia do agronegócio. A expectativa é de reunir cerca de 4 mil visitantes e 900 congressistas. Mais informações em <http://www.congressoandav.com.br/2016>.

Evento virtual

Brasil terá 1º Congresso Online de Agricultura. Com participação de pesquisadores de instituições públicas e privadas, o evento será gratuito e ocorrerá em agosto. Seguindo uma tendência mundial na realização de eventos pela internet, o Brasil terá, entre os dias 7 e 13 de agosto, o 1º Congresso Brasileiro Online de Agricultura. Organizado pelo Portal Ciência do Solo, plataforma de educação a distância voltado ao setor produtivo, o evento contará com palestras de grandes nomes da agricultura brasileira, entre pesquisadores, consultores e economistas. Com o tema "Bem-vindo à agricultura do futuro", o congresso vai analisar cenários econômicos, tecnologia, sustentabilidade, manejo, pesquisa e inovação, logística e tendências de mercado.

Cuspiu fogo

Por

Fernando Penteado Cardoso

Se você nasceu depois de 1945, dificilmente experimentou o “pão de guerra”. Essa iguaria, feita de farinha de mandioca e que não agradava muito por ter “gosto de areia”, foi criada durante a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) para substituir o pão de farinha de trigo. Isso porque a produção interna de trigo era insuficiente e a guerra trouxe restrições à importação.

Além do trigo, havia falta de gasolina e diesel, o que motivou a fabricação dos carros movidos a gasogênio, ou seja, a monóxido de carbono (CO). Para isso, foi necessário acoplar uma espécie de tanque, que normalmente ficava atrás do veículo, onde eram colocados pedaços de carvão. Uma ventoinha manual ou elétrica soprava o ar necessário para a combustão incompleta, gerando o chamado gás pobre, capaz de acionar os motores à explosão.

Apesar de toda a dificuldade e escassez de produtos naquela época de guerra, o trabalho não poderia parar, pois, como diz o ditado, quem não tem cão caça com gato. No ano de 1943, acompanhado de um Ford 29, eu e alguns colegas saímos para a missão de visitar propriedades na área rural.

Pela manhã, foi aquele sufoco para dar a partida no Ford 29 movido a gasogênio. A não ser que você tivesse meio copo de gasolina para partida, o carro não “pegava”. Às vezes, nas

mudanças de marcha, o motor dava um contragolpe e devolvia gases até a caldeira, saindo chamas pela boca de ingresso de ar. A bateria se esgotava facilmente e, então, o jeito era suar na manivela.

Pela manhã, tudo ocorreu bem, em compensação à tarde... Mal sabíamos a surpresa que o tal de motor movido a gasogênio iria nos proporcionar. Fomos visitar uma fazenda nas margens do rio Mogi Guaçu. Rodávamos por estreita trilha com vegetação de cerrado raspando no veículo. Então se deu a tragédia: o motor girou ao contrário, fazendo com que a caldeira do gasogênio emitisse labaredas pela entrada de ar e incendiasse o cerrado. Por onde passou, o Ford 29 deixou rastro de fogo que, inutilmente, eu e meus colegas tentamos apagar.

Voltamos para casa deixando para trás um incêndio incontido. Além de desapontados, amargamos um sentimento de culpa de incendiários devido ao maldito gasogênio que “cuspiu fogo.”

** Fernando Penteado Cardoso é engenheiro agrônomo sênior, ESALQ-USP 1936, fundador e ex-presidente da Manah S.A e da Fundação Agrisus.*



Divulgação



Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo
<http://www.aeasp.org.br>

Filiada a Confederação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil

GESTÃO PARA O TRIÊNIO 2015 – 2018

Presidente Angelo Petto Neto
1º Vice-Presidente Henrique Mazotini
2º Vice-Presidente Arlei Arnaldo Madeira
1ª Secretária Ana Meire Coelho Figueiredo
2ª Secretária Tais Tostes Graziano
1º Tesoureiro Túlio Teixeira de Oliveira
2º Tesoureiro Luís Alberto Bourreau
Diretor Celso Roberto Panzani
Diretora Francisca Ramos de Queiroz
Diretor Glauco Eduardo Pereira Cortez
Diretor Luiz Henrique Carvalho
Diretor Luiz Ricardo Viegas de Carvalho
Diretor Nelson de Oliveira Matheus

CONSELHO DELIBERATIVO

Alexandre Vieira Abbud
Antonio Roque Dechen



Órgão de divulgação da Associação de Eng. Agrônomos do Estado de São Paulo

Benedito Eurico das Neves Filho
Cristiano Walter Simon
Fernando Gallina
Guilherme Luiz Guimarães
João Sereno Lammel
José Eduardo Abramides Testa
Luís Roberto Graça Favoretto
Luiz Antonio Pinazza
Luiz Mário Machado Salvi
Marcos Fava Neves
Valdemar Antonio Demétrio
Victor Branco de Araújo
Zuleica Maria de Lisboa Perez

CONSELHO FISCAL

André Luís Sanches
Cássio Roberto de Oliveira
Celso Luís Rodrigues Vegro

Suplentes

Alexandre Marques
André Arnosti
Mauro Celso Sandoval Silveira

Conselho Editorial

Ana Meire C. Figueiredo, Angelo Petto Neto, Arlei Arnaldo Madeira, Celso Roberto Panzani, Henrique Mazotini, Luís Alberto Bourreau e Tais Tostes Graziano

Coordenação

Nelson de Oliveira Matheus
Túlio Teixeira de Oliveira

Jornalista Responsável

Adriana Ferreira (MTB 42376)

Secretária: Alessandra Copque

Produção: Acerta Comunicação

Revisão: Verônica Zanatta

Diagramação e Ilustração: André Pitelli

Foto capa: CATI/SAA

Projeto gráfico: Janaina Cavalcanti

Envie mensagens com sugestões e críticas para a editora: redacaojea@aeasp.org.br

Os artigos assinados e opiniões expressas nas matérias e entrevistas deste veículo não refletem os posicionamentos da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo.

Variantes de obsolescência

Por

Tulio Teixeira de Oliveira

Determinados dispositivos de uma lei antiga podem não retratar mais a realidade dinâmica e mutante dos fatos causais e dos conceitos. O arbitramento de situações que outrora eram consideradas afrontosas à letra da norma hoje seria completamente diferente.

Houve um tempo em que as advogadas não podiam frequentar os fóruns e tribunais de calça comprida, por desrespeito ao decoro, só para dar um exemplo mais próximo do universo da magistratura.

No Rio Grande do Sul, o Decreto Regulamentador 32.854/1988, para cadastramento de agrotóxicos devidamente registrados na esfera federal, faz exigência no que diz respeito ao país de origem. Consta no referido Ato:

Art. 3º - A comprovação de que o produto a ser cadastrado tem seu uso autorizado no país de origem far-se-á mediante certidão emitida pelo órgão competente do respectivo país.

Parágrafo único - Considera-se país de origem aquele em que se originou a síntese correspondente ao princípio ativo da substância; o país em que é gerada ou manufaturada a tecnologia e aquele de onde o produto é importado.

O curioso é que a Lei 7.747/1982, da qual emerge o Decreto 32.854/1988, fala do país de origem, mas com uma proposição indeterminada.

Artigo 1º: § 2º - Só serão admitidos, em território estadual, a distribuição e comercialização de produtos agrotóxicos e biocidas já registrados no órgão federal competente e que, se resultantes de importação, tenham uso autorizado no país de origem.

Esse é um obsolescência conceitual incrustado nessa legislação. No contexto da fitossanidade, as necessidades de uma região tropical e de uma região de clima temperado são bem diferentes. A multiplicação das populações de insetos, ervas daninhas e inúmeros fitopatógenos se dá de maneira acelerada nos climas mais tépidos, acompanhando o viço das plantas. Daí alguns produtos inicialmente desenvolvidos em países de clima temperado hoje já podem ser dispensados, enquanto por aqui é preciso uma gama maior de produtos com modos de ação diferentes sobre as pragas, para retardar o surgimento da resistência dessas pragas a determinados produtos, em função justamente do número de gerações e consequente seleção natural em uma única temporada.


Por ocasião da Lei 7.747, esse tipo de conhecimento não estava tão difundido, e o clamor popular contra pesticidas orga-

noclorados estava no auge, motivos que influenciaram o parlamento gaúcho a introduzir uma regra sem uma reflexão mais aprofundada. É interessante registrar que esse parágrafo 2º foi vetado pelo governador, mas, no ano seguinte, houve uma retificação da lei e o dispositivo voltou à letra da lei. A beligerância contra esses produtos era tamanha, particularmente no Rio Grande do Sul, que o Decreto 32.854 exagerou na caracterização do que seria país de origem.

Mas o caso da legislação gaúcha para os produtos fitossanitários traz outro obsolescência, mais atinente à mutação dos fatos históricos e reconfiguração técnica da análise jurídica, e que merece abordagem.

Daquela época para cá, houve um avanço dos produtos genéricos, de grande influência concorrencial e efeitos sociais, no panorama dos setores químicos em que estão inseridos. Esses produtos aumentam a concorrência, agindo como uma âncora a puxar para baixo os preços do insumo, alargam o uso da técnica para agricultores de menor condição financeira, justamente pela queda do custo e ajudam o país a preservar suas colheitas. O esforço em não aumentar a área plantada, de forma a preservar os biomas naturais, em parte é suportado pelo alargamento do uso dessa tecnologia.

O mais importante, entretanto, é a condição peculiar dos produtos genéricos não terem exatamente um país de origem. Eles não passam de cópias dos produtos originais, sendo produzidos em qualquer lugar. De tal forma que são um exemplo concreto do que chamamos de obsolescência factual, ou seja, quando a realidade muda a configuração dos fatos ou premissas, de tal forma que a determinação explicitada não mais encontra aplicação.

Qual o sentido de exigir que um produto genérico consiga uma declaração do país onde a síntese foi desenvolvida? Não há mais essa origem, a tecnologia não passa agora de uma cópia que pode ser reproduzida em qualquer parte. Burocraticamente, para cumprimento da lei, pode-se apenas obter uma comprovação do país onde a cópia foi elaborada. 

*Eng. Agr. **Tulio Teixeira de Oliveira** Diretor Executivo da AENDA
www.aenda.org.br | aenda@aenda.org.br



Rumo incerto

Os caminhos sinuosos
da Assistência Técnica e
Extensão Rural no Brasil



P principal responsável pela comida que chega às mesas das famílias brasileiras, a agricultura familiar responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o país.

Ninguém duvida que, dentre as atividades econômicas, a agricultura é aquela com menos previsibilidade e, por isso mesmo, a que oferece maiores riscos para quem produz. Nessa perspectiva, os pequenos produtores são os mais vulneráveis.

O suporte do Estado aos empreendimentos rurais de menor porte se faz necessário para fixar o agricultor no campo, de modo a garantir o abastecimento interno e evitar os problemas sociais gerados pela migração para os grandes centros urbanos.

Nesse contexto é que se inserem os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), determinados pela Constituição de 1988, no artigo 187, IV, e regulamentados pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater), Lei 12.188/2010. Porém, apesar de sua relevância, há ainda muito a fazer para se efetivar, na prática, o que estabelece a legislação.

Desde os primórdios de sua institucionalização, há mais de 60 anos, a ATER pública percorreu um caminho sinuoso, dependente dos interesses políticos da hora, sem se estabelecer como uma política de Estado.

Hoje, os envolvidos com a questão da ATER estão apreensivos, temem mais um retrocesso na história de idas e vindas do segmento, pois o presidente interino, Michel Temer, extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 2000, no qual estava abrigada a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), e exonerou o presidente do órgão, Paulo Guilherme Cabral, e a diretora, Silvana Canuto Medeiros, em desacordo com a legislação que determina que esses mandatos sejam fixos, com duração de quatro anos.

As medidas repercutiram mal. “Confesso que não consegui, até o momento, entender como fica o novo organograma nessa nova estrutura”, indaga a professora do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ-USP, Marly Teresinha Pereira, que possui vasta experiência em Extensão Rural e foi secretária-executiva do Conselho Estadual do Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Cedaf), em São Paulo.

Na história recente, um dos marcos para a retomada das políticas públicas na agricultura familiar, depois do fim da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), em 1990, foi o Pronaf, instituído em 1996. “Mas foi a partir do surgimento

do MDA, em 2000, que se impulsionou essa importante política de apoio aos pequenos produtores agrícolas em nosso país”, salienta o fundador da Associação Paulista de Extensão Rural (Apaer), Carlos Eduardo Knippel Galletta.

O estudo Extensão Rural no Brasil – Uma Abordagem Histórica da Legislação, do eng. agrônomo Marcus Peixoto, destaca a decisão do governo de, em 2003, concentrar a regulação e o fomento das ações de ATER no MDA, e não mais no Mapa, “que, de fato, nada vinha fazendo em relação a essa atribuição que lhe fora legalmente determinada”. Para Galletta, eng. agrônomo que atua com ATER há mais de 40 anos, a extinção do MDA foi um duro golpe. “Deixa de haver uma estrutura de coordenação das ações. Especificamente na Extensão Rural, fica uma grande incógnita quanto ao prosseguimento dos esforços de mudança, pois, apesar da existência da Pnater, ainda é indispensável a formulação de diretrizes, a seleção e avaliação de projetos de ATER a serem apoiados nos Estados e municípios”, argumenta.

O especialista também expressa a incerteza quanto ao destino da Anater. A agência surgiu em 2013, numa tentativa de recriar a estrutura da Embrater, que foi desativada pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello, juntamente com o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater).

Sobre esse período, o estudo de Peixoto afirma: “Nos anos subsequentes à extinção da Embrater, houve desorganização de todo o sistema oficial de ATER, provocando nos Estados extinções, fusões, mudanças de regime jurídico, sucateamentos e, principalmente, a perda de organicidade e de articulação entre as diversas instituições executoras do serviço”.

Portanto, a Anater é fruto da demanda da sociedade que se reorganizou para recuperar o que havia sido perdido com o rompimento da estrutura anterior. O órgão tem como missão articular os recursos disponíveis para ATER, de acordo com as necessidades



Marly Teresinha Pereira, professora do Depto. de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ-USP



Eng. agrônomo Carlos Eduardo K. Galletta, fundador da Associação Paulista de Extensão Rural (Apaer)

das diversas agências de Extensão Rural do país.

Em São Paulo

Recentemente, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), celebrou seu aniversário de 49 anos. Ela é a principal responsável pelos serviços de ATER no Estado.

Criada para atender às necessidades do pequeno e médio produtor paulista, com a missão de promover o desenvolvimento rural sustentável, está presente em todos os municípios paulistas, por meio das 594 Casas da Agricultura, dos 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural e dos 21 Núcleos de Produção de Sementes e Mudanças e conta com 1.483 servidores em seu quadro de funcionários.

O eng. agrônomo e coordenador da CATI, José Carlos Rossetti, faz um balanço positivo da atuação do órgão. “Podemos dizer que o trabalho da CATI vem transformando a vida de milhares de famílias ao longo de sua existência, tendo contribuído para o desenvolvimento da agropecuária paulista como geradora de emprego, renda e riquezas para o país.” Ele afirma que as ações atingem positivamente o tripé: social, econômico e ambiental.

Conforme o levantamento do eng. agrônomo Marcus Peixoto, o auge da ATER pública no Brasil foi na década de 1970 e início dos anos 1980, “durante a modernização da agricultura, em associação às políticas de crédito rural e pesquisa agropecuária”.

A CATI acompanhou essa tendência e, na década de 1980, passou a ter uma atuação mais incisiva junto às comunidades rurais e às organizações dos agricultores familiares. “Até então, a coordenadoria se constituiu apenas como difusora de novas tecnologias para a agricultura, sem praticar a Extensão Rural propriamente dita, concebida como um “serviço de educação não formal de caráter continuado junto às famílias e comunidades rurais, conforme definição da Pnater e que envolve aspectos sociais, econômicos, ambientais, culturais, além dos aspectos tecnológicos”, explica Galletta, da Apaer.

Com um cenário favorável a mudanças, em 1983, o então governador Franco Montoro implementou novas políticas públicas para o segmento. Questões ambientais relacionadas à conservação do solo e da água, com uma abordagem direcionada às microbacias, entraram na pauta.



Foto: Divulgação/CATI

A eng^a. agrônoma e professora Marly Teresinha, que era chefe da Casa da Agricultura de Piracicaba (SP), conta que, nesse período, foi posta em prática uma política de descentralização. “Foram implantados Planos Agrícolas Municipais (PAM), cujo princípio era atuar “com” e não “para” os agricultores e suas comunidades, em parceria com o poder público municipal, conselhos municipais, universidades e demais agentes.” Ela relata com satisfação que participou do trabalho de criação da primeira escola rural no Brasil, em Piracicaba.

Na visão de Galletta, essas práticas ganharam maior amplitude com a implementação do Programa de Microbacias Hidrográficas, no início dos anos 2000. “Foi quando os técnicos da CATI envolveram centenas de comunidades, associações, cooperativas e conselhos municipais de mais de 500 municípios em um trabalho participativo de Extensão Rural”, relata.

Os obstáculos

A CATI enfrenta problemas comuns a outros órgãos ligados à SAA, como a falta de reposição de mão de obra. O seu coordenador reconhece o problema. “A última contratação via concurso público em benefício da pasta foi realizada em 2011, quando 150 novos profissionais foram contratados para trabalhar na CATI nas áreas de Assistência Técnica e Extensão Rural nas diversas regiões do Estado. Há muitos servidores se aposentando e, por enquanto, não tivemos a oportunidade de novas contratações via concurso”, diz Rossetti.

As consequências são sentidas. “A não realização periódica de concursos de admissão de técnicos e administrativos vem levando a um encolhimento da CATI, limitando o seu alcance junto aos produtores rurais”, alerta o presidente da Apaer.

O Programa de Microbacias 2, em execução, também tem recebido críticas, os especialistas dizem que sua abrangência é inferior àquela alcançada em sua primeira edição, pois, embora tenha valorizado o desenvolvimento econômico dos agricultores, com o apoio a centenas de empreendimentos e organizações, deixou de atuar nas comunidades de modo amplo, no atendimento às diversas necessidades sociais, ambientais e culturais.

Segundo Galletta, a segunda edição do Microbacias tem atingi-



Foto: Divulgação/CATI

Carlos Rossetti, coordenador da Coordenadoria de Assistência Técnica (CATI/SAA-SP)

do um número bem menor de municípios na comparação com a versão anterior. Ele sugere a criação de um programa complementar ou um novo programa que contemple os aspectos que ficaram de fora.

A ausência da multidisciplinaridade do quadro funcional da CATI em todos os níveis: local (Casas da Agricultura), regional e central é outro obstáculo a ser vencido na opinião dos especialistas. “Não podemos ignorar o que diz a Pnater. As entidades interessadas em prestar serviços de ATER em programas do governo federal devem “comprovar que possuem corpo técnico multidisciplinar, com profissionais registrados nos respectivos Conselhos Profissionais”, salienta a professora Marly.

“Como sabemos, a CATI não conta com esses profissionais e, segundo a Pnater, a multidisciplinaridade é a qualidade básica que uma equipe técnica de ATER deve possuir. Além disso, a lei prevê que a instituição de ATER deve buscar articulação com as orientações dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável, no nosso caso, o Cedaf, criado em 2010 e desestruturado na gestão anterior da Secretaria de Agricultura, atualmente com seu Decreto dormitando na Casa Civil do Palácio do Governo”, alfineta a professora.

A eng^a. agrônoma salienta, porém, que “as críticas que se fazem à CATI não devem ser feitas aos seus técnicos, e sim dirigidas ao governo do Estado, que é quem define suas ações”.

Há um consenso de que, para se resolver parte dos atuais impasses da CATI, é preciso mais recursos orçamentários; hoje, a dotação da pasta da Agricultura é uma das menores do Estado. “Deve-se fazer reparo também ao sistema atual de repasse pelo MDA, baseado apenas em contratos resultantes de chamadas públicas. Tal procedimento vem impedindo o acesso da CATI a esses recursos. Por ser um órgão da administração direta, não pode, legalmente, apresentar as contrapartidas financeiras exigidas pelo MDA. Isso tem levado a CATI a se distanciar do Sistema Nacional de ATER”, revela Galletta.

Em tom mais ácido, Braz Albertini, que foi presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (Fetaesp) por 15 anos, vai mais a fundo nas críticas. Ele diz que o trabalho da CATI está longe do ideal. “Tem vários municípios em que a Casa da Agricultura não funciona. A CATI tem uma estrutura invejável, mas a maioria dos seus engenheiros agrônomos está concentrada em Campinas e São Paulo.”

Ele afirma ainda que o órgão prioriza o atendimento a grupos de produtores. “Os agricultores não estão organizados e os profissionais da CATI não querem atender de forma individualizada. Tem agrônomo que está acomodado, fica somente dentro da Casa da Agricultura.” Ele também reprova o comportamento dos prefeitos: “A maioria não olha para os pequenos agricultores porque não tem votos”.

Albertini diz que o salário dos engenheiros agrônomos é desmotivador. “Tem litro de defensivo que custa mais caro que

o salário de um extensio-
nista. Fica um quadro sem
preparo e sem recurso.” A
parceria entre CATI e muni-
cípios, em sua opinião, tam-
bém não ajuda.

O dirigente sindical de-
fende a atuação de uma
empresa nacional de ATER
com recursos para distribuir
aos órgãos estaduais. Ape-
sar das alfinetadas, Albertini
afirma que é um defensor da
CATI. “Afim, é o único órgão de extensão que temos em São
Paulo”, completa.

Outro ator

A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) é a entidade responsável pelo planejamento e a execução das políticas agrária e fundiária do Estado de São Paulo, assim como o reconhecimento das Comunidades de Quilombos. Vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, também realiza trabalhos de ATER em comunidades e assentamentos.

Na opinião do presidente da Apaer, “o Itesp renovou significativamente a Extensão Rural paulista, atuando com equipes multidisciplinares (agrônomos, veterinários, engenheiros florestais, técnicos agrícolas, assistentes sociais, pedagogos), com grande participação das organizações dos assentados. Ele lembra também a atuação do instituto nos aspectos de infraestrutura, comercialização e agroindústria familiar.

Todavia, esse desempenho está ameaçado pela defasagem



Foto: Divulgação

Eng. agrônomo Henrique Mazotini, diretor da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários

salarial dos funcionários. “O problema tem levado à saída de profissionais competentes e experientes do órgão”, denuncia Galletta.

Assistência privada

A Assistência Técnica privada ganhou força nos últimos anos. De acordo com o presidente da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV), Henrique Mazotini, os distribuidores de insumos para a produção de alimentos saudáveis são hoje os maiores empregadores de profissionais de ciências agrárias, que, por sua vez, são responsáveis pela Assistência Técnica e transferência de tecnologias aos produtores. “Eles fazem as recomendações adequadas de uso dos insumos necessários à produção, antes, durante e na pós-produção”, explica.

O presidente da entidade afirma que milhares de agricultores no Estado de São Paulo são atendidos pelos profissionais das vendas. Segundo ele, são mais de 600 mil visitas por ano.

Mazotini acrescenta que a Assistência Técnica privada está em dia com as mais modernas técnicas para o incremento da produção agropecuária, o que exige muito treinamento e adequação às diferentes culturas e à produção animal, além de um profundo conhecimento das rígidas obrigações legais e gerenciais. “Acreditamos que a assistência pública é fundamental e de grande validade para os produtores, portanto, as assistências pública e privada se complementam”, finaliza. 🌱



Foto: Divulgação

Braz Albertini, produtor rural e ex-presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de SP



FUNDAÇÃO AGRISUS agricultura sustentável

Financia projetos de:

- Educação individual (bolsas e viagens);
- Educação coletiva (eventos, publicações);
- Pesquisas técnicas, com o objetivo de melhorar a fertilidade sustentável do solo com ambiente favorável.

www.agrisus.org.br

Boas práticas, do campo à mesa

Projeto traz informações sobre o melhor uso das técnicas agrícolas na produção de alimentos e os segredos da admirada comida brasileira

Por
Antonio Carlos Moreira

É fato que, nas últimas décadas, o Brasil começou a reverter o quadro de insegurança alimentar devido à contribuição, principalmente, da competitividade de sua agropecuária. Ainda que essa importância estratégica seja reconhecida e admirada em todo o mundo, internamente, no país, continuam a se elevar vozes que, infundadamente, questionam o campo gerador do desenvolvimento. Referirmos às campanhas em favor de certos nichos de mercados de alimentos – nenhum mal nisso –, mas equivocadas ao opor-se radicalmente aos cultivos que adotam tecnologias decisivas para o aumento de produtividade.


Com o objetivo de dirimir dúvidas e esclarecer os consumidores, foi criado o projeto Boas Práticas Agrícolas, Boa Comida. A iniciativa tem como missão levar informações equilibradas sobre as boas práticas no campo e na mesa, divulgando a inovação científica para a produção sustentável de alimentos saudáveis, promovendo, assim, uma alimentação diversificada e balanceada.

O projeto foi criado, em parceria, pela Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), também responsável por sua coordenação. O objetivo é que o movimento reúna entidades, associações e profissionais do campo e da cidade, engajando a todos que acreditam que as boas práticas agrícolas fazem boa comida. O portal, aberto a adesões, já reúne o apoio de diversas entidades como: Associação Brasileira de Marketing Rural (ABMRA); Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas); Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR), Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF); e Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), entre outras entidades da cadeia produtiva dos setores alimentícios.

A intenção dos apoiadores é despertar o interesse tanto de agricultores quanto de nutricionistas, chefs de restaurantes, mercado de alimentos e público urbano em geral interessado em comida.

O portal Boas Práticas Agrícolas, Boa Comida (www.boaspraticas.org) está dividido em duas áreas distintas. Uma destinada a Boas Práticas Agrícolas, que apresenta os bons exemplos que vêm do campo e a importância do manejo correto nas fazendas. A outra área envolve a de Boa Comida, que traz as boas recomendações, orientações, novidades e modo de preparo de receitas, garantindo inovações à mesa, temas que serão abordados por nutricionistas e chefs de cozinha.

Como destaca a FAO-ONU, a inovação científica será a chave para que possamos alimentar um planeta com 9,5 bilhões de pessoas em 2050. O Brasil se tornará, em poucos anos, de acordo com FAO, o principal *player* pela segurança alimentar, devido à sua extraordinária capacidade de produzir e preservar. Em 40 anos, o país saiu de importador para um líder global na exportação de alimentos. Para garantir a qualidade dessa produção, os produtores rurais precisam atender a uma série de requisitos, inclusive ambientais e trabalhistas, conhecidos como Boas Práticas Agrícolas, que asseguram alimentos saudáveis e seguros para o consumo – isto é, em condições que garantam o controle para o consumidor.

Por isso, urge a reflexão por parte de lideranças políticas e parlamentares, comunidade científica, profissionais e empresas de diversos segmentos que anseiam por um futuro virtuoso para o país. E a reagirem de forma serena, porém decidida, com agendas positivas – por exemplo, como o Boas Práticas Agrícolas, Boa Comida – a certos movimentos contra a ciência e as tecnologias na produção de alimentos. Para tanto, as diversas formas de diálogo e comunicação com a sociedade civil devem ser utilizadas pelo agronegócio brasileiro. 

** Antonio Carlos Moreira é jornalista, pós-graduado em economia de empresas pela Fipe-USP, em derivativos e informações econômicas pela FIA-USP e gerente de comunicação da Andef.*



XII CONGRESSO PAULISTA DE AGRONOMIA

RESERVE ESTA DATA

20, 21, 22 DE SETEMBRO EM ITAPETININGA-SP

XII CONGRESSO PAULISTA DE AGRONOMIA

Local: Teatro do Sesi – Itapetininga.
Endereço: Avenida Padre Brunetti, 1.360 – Itapetininga/SP – Vila Rio Branco
– tel.: (15) 3275-7920.

Tema: A inserção do engenheiro agrônomo no atual contexto político/econômico nacional, visando à defesa e ao fortalecimento da engenharia agrônoma junto à sociedade.

PROGRAMAÇÃO

Dia 20 de setembro – 3ª-feira

9h00 – 18h00: Inscrições, no saguão do Teatro do Sesi.
10h00 – 16h00: Encontro dos Assistentes Agropecuários do Estado de São Paulo (Realização Agroesp).

19h00: Abertura Solene do XII Congresso Paulista de Agronomia com o engº agrº Ângelo Petto Neto, presidente da AEASP, engº civil José Antonio Saad, presidente da Associação de Engenheiros da Região de Itapetininga; e engº agrº Celso Roberto Panzani, presidente do Clube dos Agrônomos de Campinas.

19h30: Palestra inaugural: A situação econômica e política nacional, seus efeitos no agronegócio e o papel dos engenheiros agrônomos nesse processo com o engº agrº Marcos Fava Neves (FEA/USP e Grupo Pensa/USP).

21h00: Coquetel de abertura, com a exposição de quadros/pinturas com temas ligados ao meio rural (Associação de Artistas de Piracicaba), participação do Grupo Piracicabanas – Orquestra de Viola Caipira de Piracicaba, da Banda Municipal Maestro Edil Lisboa e do Grupo Trovadores Urbanos.

Dia 21 de setembro – 4ª-feira

Painel 1: O engenheiro agrônomo na pesquisa, na defesa agropecuária e na extensão rural e assistência técnica no Estado de São Paulo (oficial e privada).

Moderador: engº civil Arnaldo Jardim (secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo).

9h00 – 9h30: Assistência Técnica e Extensão Rural Oficial – engº agrº José Carlos Rossetti (CATI) – A extensão rural ontem, hoje e amanhã.

9h30 – 10h00: Assistência Técnica e Extensão Rural Privada – engº agrº Arnaldo Antonio Bortoletto – Coplacana (Piracicaba).

10h00 – 10h30: Defesa Agropecuária – engº agrº Mário Sérgio Tomazela (CDA) – A defesa agropecuária ontem, hoje e amanhã.

10h30 – 10h45: Coffee break.

10h45 – 11h15: Pesquisa Agropecuária Oficial – engº agrº Orlando Melo e Castro (APTA) – A pesquisa agropecuária ontem, hoje e amanhã.

11h15 – 11h45: Pesquisa Agropecuária Aplicada – engº agrº Ismael Perina Junior – Coplana (Guariba).

Debatedores: Engº agrº Victor Branco de Araujo (Agoesp), engº agrº Abelardo Gonçalves Pinto (Apaer), engº agrº José Alberto Caram de Souza Dias (IAC), engº agrº Sylmar Denucci (CATI) e engº agrº Natalino Yassushi Shimoyama (ABBA).

11h45 – 12h30: Síntese e conclusões: engº civil Arnaldo Jardim (SAA).

Painel 2: Os engenheiros agrônomos e sua relação com o CREA e as associações de classe

Moderador: engº civil Francisco Kurimori – CREA-SP.

14h00 – 14h15: AERI – engº civil José Antonio Saad.

14h20 – 14h40: AEASP – engº agrº Angelo Petto Neto.

14h40 – 14h55: Coffee break.

14h55 – 15h25: Os profissionais de Agronomia e sua relação com o CREA-SP – engº agrº Glauco Eduardo Pereira Cortez (coordenador da Câmara de Agronomia CREA-SP).

15h25 – 15h55: Visão da iniciativa privada sobre o tema do painel e associativismo – engº agrº Henrique Mazotini (Andav).

15h55 – 16h30: Os profissionais de agronomia e sua relação com a Mútua/CREA-SP – engº agrº Pedro Shigueru Katayama (diretor-geral da Mútua/CREA-SP).

16h30 – 17h15 – Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo e Instituto Superior de Inovação Tecnológica (Isitec): engº civil prof. Celso Atienza – Engenharia de Inovação e Condições e Meio Ambiente do Trabalho nas Atividades Rurais.

17h15 – 18h00 – Síntese e conclusões: engº civil Francisco Kurimori (CREA/SP).

20h00: Atividade Cultural (a ser definida).

Dia 22 de setembro – 5ª-feira

Painel 3: Ensino da Agronomia e Inovação Tecnológica

Moderador: engº agrº Antonio Roque Dechen (ESALQ).

9h00 – 9h30: Análise curricular das principais faculdades de agronomia do Brasil: engº agrº Aline Regina Piedade (UFMT).

9h30 – 10h00: Posicionamento da engº agrº Andréa Cristiane Sanches – Universidade Unicastelo/Fernandópolis.

10h00 – 10h15: Coffee break

10h15 – 10h45: Posicionamento do engº Agrº Daniel Salati (Confea).

10h45 – 11h15: As tendências mundiais para a formação de engenheiros agrônomos – engº agrº Luiz Gustavo Nussio (ESALQ).

11h15 – 12h00: Síntese e conclusões: engº Agrº Antonio Roque Dechen.

Painel 4: Política Profissional e Fortalecimento da Engenharia Agrônoma

Moderador: engº agrº Roberto Rodrigues.

13h30 – 14h00: A atuação do engenheiro agrônomo e o mercado de trabalho nas regiões de fronteira agrícola (Mato Grosso) – engº Agrº João Carlos de Souza Maia (UFMT).

14h00 – 14h30: A pulverização profissional e/ou especialização na agronomia: consequências para o mercado de trabalho – engº Agrº Julio Cezar Durigan (Unesp).

14h30 – 14h45: Coffee break.

14h45 – 15h15: O engenheiro agrônomo e o desafio da produção de alimentos – engº agrº José Levi Pereira Montebello (Coota).

15h15 – 15h45: O engenheiro agrônomo e o Senar – engº Agrº Mario Biral (Senar).

15h45 – 16h30: O agronegócio e o engenheiro agrônomo: engº Agrº Luiz Carlos Correa Carvalho (ABAG).

16h30 – 18h00: Síntese e conclusões – engº agrº Roberto Rodrigues (FGV-ABAG).

18h00: Encerramento do XII CPA – engº agrº Ângelo Petto Neto (AEASP).

Realização: Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP).

Promoção: Associação dos Engenheiros da Região de Itapetininga (AERI) e Clube dos Agrônomos de Campinas (CAC). Organização: Araiby Agronegócios – engº agrº Luiz Mario Machado Salvi.

Alcides de Moura Torres Junior

Ele é o Scot, da Scot Consultoria, engenheiro agrônomo que migrou para o interior e se tornou empresário bem-sucedido

Por
Adriana Ferreira

Quem atua no agronegócio e acompanha as notícias do setor provavelmente conhece ou, ao menos, já ouviu falar da Scot Consultoria. Com 25 anos de atuação e uma reputação consolidada, a empresa fornece informações sobre o setor por meio de análises diárias de mercado, comunicados, estudos e estatísticas, além de realizar eventos com o intuito de atualizar os agentes da cadeia produtiva e investidores sobre as tendências desse segmento.

À frente do empreendimento está o engenheiro agrônomo Alcides de Moura Torres Junior, egresso da ESALQ, turma de 1976, casado, pai de quatro filhos, esse paulistano da gema, nascido na Bela Vista, mais conhecido pelo apelido, Scot, que pelo nome de batismo, construiu seu sonho no interior, precisamente em Bebedouro, onde está situada a consultoria.

Nascido numa família de jornalistas, não tinha engenheiros agrônomos para influenciá-lo, mas Scot explica que por diversas razões decidiu cursar agronomia, a principal delas, diz, foi sua formação escoteira. “Pelo escotismo, conheci o interior do Brasil e de boa parte do interior dos países da América do Sul. Naquele tempo, havia muito o que fazer para melhorar a produção de alimentos e ocupar o território brasileiro.”

A leitura, segundo ele, também foi fundamental. Autores como Monteiro Lobato, Pearl S. Buck, Hernani Donato, Francisco Marins, John Steinbeck e outros que contavam histórias ligadas ao meio rural despertaram seu interesse. Além disso, ele conviveu com um tio que era pescador e caçador e com seus amigos que eram engenheiros agrônomos ou técnicos da Casa da Lavoura. “Gente divertida, resoluta, que ensinava os fazendeiros a produzir com técnica e cuidado”, recorda o empresário.

Ao que tudo indica, o DNA jornalístico, que exige capacidade de comunicar, curiosidade, estudo e gosto pela escrita e pela leitura, se aliou aos muitos conhecimentos adquiridos na engenharia agrônoma para compor a receita de sucesso de Scot. Ele mesmo assinala que aprendeu a se comunicar com os jornalistas da família e com os engenheiros agrônomos extensionistas que conheceu ao longo da vida.

■ De onde vem o seu apelido?

Morei na República Jacarepaguá, que recentemente comemorou 60 anos de fundação. São duas as razões prováveis do apelido. A primeira, em função do cinturão que usava numa das noites em que fui ao Centro Acadêmico. Essa visita ao CALQ era obrigatória para os calouros e lá pagávamos a anuidade, recebíamos o chapéu de palha que usaríamos até o dia 13 de maio e o diploma de burro por ter entrado na escola. Bem, na fivela do meu cinturão estava gravado Boy Scout of America, os veteranos que nos recepcionavam leram “Boi Escote”, com o tempo o Boi desapareceu. A segunda pode ser em função da marca de uisque Scott’s Bards, mas essa é uma longa e tenebrosa história...*(risos)*

■ Como foi seu começo de carreira e como iniciou a consultoria?

Meu primeiro emprego foi na antiga Ciba-Geigy. Aprendi muito lá. Foi um começo de carreira fabuloso, com excelentes profissionais me ensinando a profissão. A Scot Consultoria veio muito depois e devo essa iniciativa ao Victor Nehmi. A Scot Consultoria surgiu da necessidade de informações independentes sobre o mercado agropecuário para quem compra e para quem vende.

■ Quais foram as principais dificuldades que enfrentou no início do empreendimento e como superou?

Naturalmente, a maior dificuldade foi o capital restrito e em função disso a carga de trabalho sobre a pequena equipe para tocar um projeto gigantesco. Quase não descansávamos e fazíamos tudo, tudo. Um amigo me disse certa vez que a Scot Consultoria era a única empresa “coreana” no norte de São Paulo, tal o esforço que fazíamos para realizar as pesquisas econômicas e divulgá-las no tempo certo.

■ Como desenvolveu o empreendedorismo e a habilidade para os negócios?

Bom, todo engenheiro agrônomo, por definição, é um profissional liberal. Para empreender foi um degrau, um passo. O nosso time é composto por empreendedores, todos o são. No nosso tipo de atividade, não dá para compor um modelo tipo empregador x



empregado, tem que ser empreendedor x empreendedor. Mérito, responsabilidade e comprometimento.

■ **Quantos colaboradores tem a Scot, quem são seus clientes e os principais serviços que oferece?**

O nosso time é composto por mais de 30 profissionais, uma turba! Temos clientes em todos os elos da cadeia produtiva vegetal e animal. No Brasil e no mundo. Somos conhecidos por nossos informativos e análises de mercado e atuamos em pesquisa de mercado, análise setorial, monitoramento de preços, projeções, participamos de conselhos de empresas e associações. Atendemos a iniciativa privada e pública. Atuamos no planejamento, avaliamos riscos, projetamos custos e fazemos análises de investimento. Fazemos palestras, treinamentos, damos aulas e organizamos cursos e eventos.

■ **Seu foco é pecuária ou também desenvolve serviços para a agricultura?**

Começamos com pecuária de corte e hoje o nosso raio de ação se estendeu praticamente para todo o agronegócio, inclusive agricultura.

■ **O senhor atribui a que o sucesso dos negócios?**

Não nos consideramos um sucesso, diariamente temos a impressão de que o que fizemos poderia ter sido feito de outra maneira, e melhor. Temos medo sempre e isso nos faz caminhar com cuidado e atenção. Temos consciência de que o que sabemos é muito pouco e que temos muito o que aprender. Nossa aflição é tanta que mudamos o ditado "Errar é humano" para "Errar é desumano", pois, quando se erra, faz-se mal a alguém.

■ **Cite uma qualidade e um defeito seu.**

Talvez uma qualidade seja a de transmitir conhecimento sem restrições, exercer a profissão de maneira transparente. Fazendo uma comparação, como um boxeador numa luta, mas com a guarda abaixada, desse modo há mais jogo de cintura e menos confronto. E, talvez, esse também seja o defeito.

■ **Há uma predominância de jovens em sua equipe, como é a relação com outras gerações?**

Ser jovem ou velho é uma referência temporal. Seria preciso definir isso. Nos divertimos muito na Scot Consultoria, rimos muito lá. Há velhos jovens e jovens velhos. Penso que a relação entre as gerações é muito boa.

■ **Como resume o panorama para a agropecuária brasileira neste momento?**

Depois de anos colhendo safras de bons preços, o cenário é de atenção. O ciclo de preços pecuários está começando a se inverter e, se não fosse a política cambial vigente, os plantadores de grãos estariam em apuros. Este é o momento vigente. A agropecuária brasileira é estupenda, pois, apesar de todas as vicissitudes que enfrenta, consegue se posicionar no mercado mundial e, dessa forma, ajudar na balança comercial brasileira. Provê o mercado interno de alimentos e abastece o mercado externo com produtos agrícolas com bom preço, com qualidade e em respeito ao código florestal.

■ **O que gosta de fazer quando não está trabalhando, tem algum passatempo?**

Nos intervalos, gosto de ler, de assistir a filmes bem construídos, gosto de esculpir em argila, de desenhar, fotografar, filmar. Mas é preciso cuidado. As distrações são muitas e a eletrônica é cativante, se não tomar cuidado, fica-se cativo dela. Dessa forma, nos intervalos também participo de grupos de discussão pelo Telegram, WhatsApp, Facebook e afins. Por fim, música. Dessas que se tem que ouvir sentado, sem nada na mão para distraí-lo.

■ **Se pudesse voltar no tempo, faria engenharia agrônoma novamente?**

Faria engenharia agrônoma novamente porque é uma profissão excepcional, cuja barra de conhecimento é ampla, geral e irrestrita (e isso não é um bordão!). Trata-se de um meio de vida cujo ingressante, por exemplo, tem tempo para definir onde e como preencherá o seu tempo de vida. É uma profissão gloriosa. Temo apenas por essa fragmentação tão em moda em que estão transformando cada cadeira da agronomia numa escola singular. 🙌

Escola da vida

Engenheiros agrônomos falam sobre a experiência única de viver em moradias estudantis

Por
Sandra Mastrogiacomo

O ingresso na universidade é para muitos jovens também o início de uma fase mais independente e adulta. Longe da família, se unem, dão apoio uns aos outros e vivem intensamente o ambiente universitário.

As moradias mais utilizadas pelos universitários são as casas de estudantes e as repúblicas. As primeiras são destinadas exclusivamente aos oriundos de outras cidades, que comprovem não ter condições financeiras.

Já as repúblicas são casas alugadas por um grupo de estudantes de uma mesma instituição em que as despesas são divididas, o que torna o custo de vida mais baixo.

Gabriela Mendes Alves, 19 anos, é uma feliz moradora da República Coronelas Stella Luminosa, juntamente com mais seis colegas. A estudante de agronomia da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Unesp Jaboticabal, natural de Campinas (SP), está há dois anos fora de casa. É a primeira vez que mora longe da família por um período superior a seis meses.

Quando vivia com os pais, Gabriela tinha um quarto só para ela. Na moradia estudantil, divide o cômodo com mais duas garotas. Ela conta que na casa já chegaram a morar nove moças. “A gente aprende a lidar com pessoas de opiniões e criações diferentes, além de aprender a ‘se virar’ sozinha”, define a jovem, que ganhou o apelido de “Nossa!” no campus.

As tradicionais festas universitárias fazem parte da vida dos estudantes. A “100 Dias” é uma das mais conhecidas em Jaboticabal e ocorre numa segunda-feira no período da tarde. Todos vão com roupas velhas, pois o evento se resume em muita lama, um trio elétrico, um caminhão-pipa e 500 caixas de cerveja. “Um dia, voltando dessa festa, cheguei e tinham várias pessoas desconhecidas pela casa, tomando banho, comendo nossa comida,



A moçada da República Copacabana, da ESALQ

sentados conversando, não dava para entender nada”, comenta Gabriela. Só no dia seguinte, ao falar com as colegas, a jovem entendeu que cada um dos “estranhos” era, na verdade, conhecido de uma das moradoras da casa.

Nesse cenário de baladas, convivência com o diferente e compromissos com os estudos, a futura engenheira agrônoma afirma que obteve grande crescimento pessoal.

Tradição

As repúblicas da ESALQ-USP, em Piracicaba, são um capítulo à parte na história da centenária universidade; algumas delas já ultrapassaram meio século de fundação.

Leonardo Bresolin Galafassi, 22 anos, está no quinto ano do curso de engenharia agrônoma. Conhecido como Guizo, mora com mais cinco colegas e dois “bixos” na mais antiga das repúblicas da instituição, a Copacabana, criada em 1923. “Temos três quartos dentro da casa e um outro nos fundos. Cada quarto tem duas beliches e ninguém fica sozinho. Isso também promove um convívio maior entre nós. A república na ESALQ não é só um lugar para você morar. É onde você conhece pessoas e faz amigos. É algo bem forte mesmo”, afirma Galafassi, que fez a opção pela república justamente por conta desse ambiente.

Nas moradias estudantis, é possível conhecer outras realidades e culturas e estabelecer vínculos que, muitas vezes, duram para sempre. “Tem gente que já se formou e ainda frequenta os eventos que promovemos”, ressalta o estudante da ESALQ. “Outro ponto que considero positivo é que aprendi a conviver com a bagunça dos outros (risos), pois sou bastante organizado e reservado”, acrescenta.

Galafassi também é presidente do Conselho de Repúblicas da ESALQ, que foi criado em 1993 e representa 49 repúblicas. Den-



O eng. agrônomo Cristiano Walter Simon morou na República Jacarepaguá, uma das mais tradicionais da ESALQ



O diretor da AEASP, Nelson Matheus, viveu na Casa do Estudante de Agronomia da ESALQ na década de 1970

tre as diversas atividades que o conselho promove, existe a iniciativa de receber os calouros, que podem visitar as repúblicas e escolher onde morar, desde que sejam aceitos por todos da casa, por meio de uma espécie de estágio. Eles não pagam nada para morar e se alimentar, mas têm de fazer os serviços braçais.

Existe uma hierarquia entre os alunos, como explica o rapaz. “O primeiro ano tem as funções mais básicas da casa, como retirar o lixo e colocar água na geladeira; o segundo tem que ver o que está quebrado e ir atrás para consertar; o terceiro geralmente é quem paga as contas e controla o caixa; o quarto dá suporte aos outros e, por fim, o quinto ano é que coordena tudo, controla a situação e faz o meio de campo entre as partes. É muito bom ter essa divisão hierárquica porque, desde o primeiro ano, se tem uma responsabilidade dentro da casa”, conclui Galafassi.

Veterano

O engenheiro agrônomo Cristiano Walter Simon morou na tradicional república Jacarepaguá, há mais de 50 anos, e conta que essa vivência foi muito importante na sua formação pessoal e profissional.

“Aos 18 anos, eu tinha o sonho de estudar agronomia e morar em república em Piracicaba. Durante a minha infância, meu pai trabalhava com exportação de café, em Santos, o que despertou meu interesse pelo campo e o desejo de estudar e morar no interior. Nunca tinha ficado longe da minha família e a ideia de sair de casa me atraía muito”, recorda.

A Jacarepaguá nasceu em 1955. Em 1962, Cristiano e alguns amigos assumiram a república, com 12 moradores no total. “A nossa república sempre se destacou pelo alto nível de caráter dos moradores e o respeito recíproco entre eles”, comenta o engenheiro agrônomo.

De acordo com Simon, o segredo para os 61 anos ininterruptos da república foi a distribuição de vagas. “Tem de ter dois ou três estudantes de cada ano do curso, pois, quando os veteranos saírem, sempre terão calouros na casa e assim sucessivamente”, explica.

Simon comenta que mantém contato com os antigos moradores e com os novos. “Participo de todos os eventos e sou muito atuante junto aos jovens, que me chamam de Dr. Kixu, meu apelido na época. Até temos um grupo no WhatsApp”, revela.


Casa do estudante

Nem todo estudante tem condições de pagar o aluguel de um imóvel, mesmo que seja coletivo. A opção é concorrer a uma das vagas da Casa do

Estudante Universitário, custeada pela instituição de ensino.

O engenheiro agrônomo Nelson de Oliveira Matheus Junior, diretor da AEASP, viveu na Casa do Estudante de Agronomia da ESALQ na década de 1970. Conhecido como “Coruja”, ele se recorda com nostalgia dos bons tempos.

“Cheguei à ESALQ aos 20 anos e nunca tinha me afastado da minha família. Sou o primogênito de seis filhos e não tinha como meu pai bancar os meus estudos. Por isso, a moradia estudantil gratuita e os estágios remunerados foram fundamentais para minha formação. Chegar à ESALQ foi uma revolução em minha vida. E agarrei com todas as forças essa oportunidade”, afirma.

De jovem tímido a líder estudantil, Matheus conta que morou com mais 130 colegas e que foi durante a sua gestão na presidência da CEA que admitiram a presença de mulheres como moradoras da casa. “Foi um período de transição não apenas na ESALQ, mas também no Brasil. Era fim do regime militar, lembra até um pouco o momento que estamos vivendo hoje, muita gente protestando nas ruas. Eu me recordo que um morador da casa, hoje professor da Unesp, chegou a ser preso quando a gente estava pichando as ruas, na véspera da votação da lei da anistia. Consegui escapar e fui correndo chamar os colegas. E todos fomos protestar em frente à delegacia, até soltarem o nosso colega. Tínhamos respeito e bem-querer um pelo outro. Havia muita solidariedade. A Casa do Estudante acabou sendo um espelho da sociedade, me preparando para a vida”, sintetiza o diretor da AEASP. 



As estudantes da FCA-Unesp/Jaboticabal na República Coronelas Stella Luminosa

MUNICÍPIO EM FOCO



O Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente é o órgão da prefeitura responsável por planejar, programar, executar, organizar, supervisionar e controlar as políticas públicas inerentes à sua área de atuação, ou seja, agricultura e meio ambiente.

A presença de engenheiros agrônomos nas administrações públicas é de suma importância para o sucesso das ações e dos programas. Só no Estado de São Paulo são 645 municípios. Por essa razão, o JEA faz um especial destacando o trabalho de alguns desses profissionais que enveredaram para o serviço público.

Guaratinguetá

Situado no Vale do Paraíba, o município de Guaratinguetá (SP) possui 119.073 habitantes (IBGE/2015) e é um dos mais importantes da região.

A economia local é baseada em serviços, indústria e agropecuária, com destaque para a produção de leite e derivados e criação de gado de corte. No campo, são 900 propriedades rurais que cultivam, principalmente, pastagem, eucalipto e arroz irrigado.

“Um ponto forte é a rizicultura. Guaratinguetá é um dos principais municípios produtores de arroz irrigado do Estado de São Paulo, com produtividades elevadas, equivalentes às melhores regiões produtoras desse grão. A produção de eucalipto para celulose também ganhou expressão nos últimos anos”, quem explica é Marcos Martinelli, engenheiro agrônomo e assistente de planejamento na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) regional de Guaratinguetá.

Formado pela ESALQ-USP, turma de 1985, Martinelli possui 30 anos de experiência profissional, iniciou como autônomo em assistência técnica em crédito rural, nos Estados do Mato Grosso e Paraná. Ingressou no setor público em 1991, ano em que ocupou a cadeira de chefe da Casa da Agricultura de Guaratinguetá, depois, assumiu o cargo de assistente de planejamento no CATI, onde está até hoje.

“Como chefe da Casa de Agricultura, fui responsável técnico pelo Programa de Microbacias Hidrográficas do município e na extensão rural e assistência técnica nas áreas de produção de arroz irrigado, bovino, cultura de leite, olericultura, conservação e proteção de recursos naturais. Atualmente, coordeno projetos nas áreas de recursos naturais e na produção de arroz irrigado e na conservação de solo e de água. Também sou o coordenador técnico do Projeto Integra SP, que tem como objetivo a recuperação de áreas degradadas por grandes erosões”, acrescenta o agrônomo.

Entre o escritório e o campo, o expediente chega a dez horas por dia. Ele diz que a relação entre a CATI Guaratinguetá, a prefeitura e a Secretaria de Agricultura é muito positiva e, por conta disso, foi possível desenvolver projetos que atendessem os produtores de leite, de arroz, de hortaliças e frutas. A CATI conta com quatro profissionais da área agrônômica e a Secretaria Municipal



foto: arquivo pessoal

Eng. agrônomo Marcos Martinelli

de Agricultura, outros dois.

Ele destaca também o Programa Produtor de Água de Guaratinguetá, um trabalho em parceria com a CATI Regional de Guaratinguetá, a Prefeitura Municipal de Guaratinguetá, a Companhia de Serviços de Água, Esgotos e Resíduos (SAEG), a BASF, a TNC e a Agência Nacional de Águas (ANA). “O programa tem por objetivo incentivar a conservação dos solos, a recuperação de nascentes e matas ciliares, com vistas à manutenção e melhoria da quantidade e da qualidade da água na Bacia do Rio Guaratinguetá, que abastece mais de 90% da população do município, por meio de investimentos nas propriedades rurais e do pagamento por serviços ambientais prestados pelos produtores participantes do programa”, enfatiza Martinelli.

Para o agrônomo, apesar dos avanços no desenvolvimento da pecuária e da produção de arroz, decorrentes, em grande parte, dos trabalhos de extensão rural e de assistência técnica, ainda são grandes os desafios. “Precisamos recuperar nossos solos e pastagens, aprimorar o gerenciamento das propriedades rurais no que concerne às boas práticas agropecuárias. Na rizicultura, é necessário fortalecer a cadeia produtiva, apoiando as organizações de produtores, por meio de cooperativas e associações, tornando-as mais competitivas. O Estado de São Paulo dispõe de importantes instrumentos de políticas públicas para o setor rural. Junto com o município e com as organizações de produtores, esses desafios serão superados”, finaliza. 🌱

Defesa de peso

A indústria de defensivos agrícolas conta com o suporte de um sindicato que acaba de completar 75 anos



O mercado de defensivos agrícolas no Brasil fechou o ano de 2015 com um total de US\$ 9,6 bilhões em vendas e espera os mesmos resultados para este ano. O setor gera em torno de 10 mil empregos diretos e 50 mil indiretos e financia diretamente ao agricultor mais de 90% das vendas que realiza.

Para representar esse pujante segmento, em 1941, foi fundado o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg). No início, a entidade cuidava basicamente de questões trabalhistas e negociações salariais. Com o tempo, ampliou sua atuação e hoje oferece uma série de serviços.

Estabelecido na capital paulista, o sindicato possui 15 colaboradores e representa 47 associadas junto a órgãos de governo e comércio exterior, poderes públicos, entidades de classe, associações rurais e sociedade civil. Além disso, se empenha no combate ao comércio ilegal de defensivos agrícolas. É o único sindicato a representar o setor de defensivos agrícolas.

Há dez anos na organização, a diretora-executiva, Silvia de Toledo Fagnani, revela que o Sindiveg, em parceria com a ANDAV e apoio da Andef, realiza a Campanha contra Defensivos Agrícolas Ilegais, com o objetivo de conscientizar sobre os riscos desses produtos. “O mercado ilegal pode prejudicar em até 20% o mercado nacional de agroquímicos. Atualmente, o Brasil está também entre os países mais afetados no ranking da pirataria”, revela a executiva.

A ilegalidade é um grande problema do setor, não somente pelas questões econômicas impactadas pela atividade irregular, mas, sobretudo, pela questão de segurança alimentar e do meio ambiente.

A dirigente revela que, desde 1990, casos de comércio ilegal de agroquímicos no Brasil crescem como consequência da alta lucratividade do negócio e das penas reduzidas para os crimes de contrabando e falsificação, segundo a polícia.

Apreensões feitas pelas autoridades brasileiras nos últimos 13 anos evitaram que aproximadamente 6 milhões de hectares fossem “tratados” com produtos ilegais, mas essa realidade requer



foto: divulgação

Entraves regulatórios, desvalorização do real e contrabando são os principais problemas, segundo Silvia Fagnani, diretora-executiva do Sindiveg

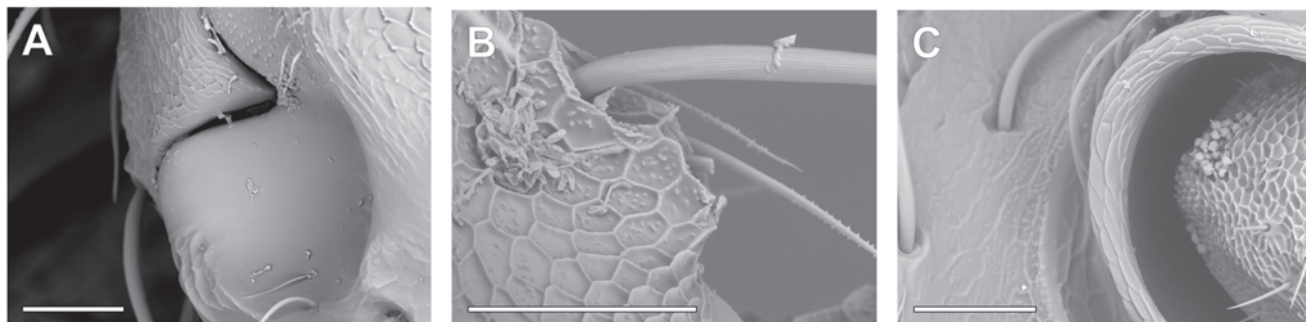
mais ações imediatas e severas das autoridades policiais e fiscalizatórias brasileiras, e esforços junto às autoridades do Paraguai e Uruguai, para prevenir a ilegalidade nesse setor.

Na opinião de Silvia, os principais problemas para o ramo de defensivos no Brasil estão ligados “aos entraves regulatórios, à desvalorização do real e ao contrabando, que atinge níveis expressivos.

A desvalorização cambial ocorrida em 2015, em torno de 50%, também trouxe um forte impacto na rentabilidade das empresas, as quais ainda não conseguiram repassar essa desvalorização para o campo, segundo a executiva. A questão do crédito e a inadimplência também preocupam. De acordo com a diretora do Sindiveg, hoje a indústria financia quase 70% das vendas aos agricultores. ✎

Controle Biológico

O uso de fungos entomopatogênicos para o controle de formigas cortadeiras



A- *B. bassiana* aderido nas peças bucais
Barra A-C: 50µm

B- *M. anisopliae* aderido no abdômen

C- *A. flavus* aderido no bulbo antenal

Formigas cortadeiras são consideradas pragas de lavouras, pastagens e de florestas plantadas, visto serem agentes desfolhadores, comprometendo sobremaneira o desenvolvimento das plantas atacadas.

Atualmente, o uso de iscas granuladas tem sido a maneira mais eficaz, além daquela recomendada para se realizar o controle desses insetos, visto haver a possibilidade de se dosar o produto que está sendo aplicado e este ser comercializado na forma de micro-porta-iscas, promovendo uma redução nas chances de intoxicação dos organismos não alvos. Como a sustentabilidade é uma busca constante nos dias de hoje, principalmente quando se refere ao controle de pragas da agricultura, as estratégias alternativas são sempre bem-vindas.

Apesar da ação comprovada dos agentes naturais, estes ainda necessitam de um tempo maior para agir, principalmente quando se compara com os produtos químicos sintéticos largamente disponíveis no mercado, uma vez que aquele natural, no caso do controle realizado por fungos entomopatogênicos, depende do desenvolvimento do micro-organismo no hospedeiro. Estes têm se mostrado muito eficientes nos experimentos desenvolvidos em laboratório, fato que é comprovado pela publicação de resultados oriundos de diversos estudos, os quais relatam a ocorrência de alta mortalidade de formigas expostas principalmente aos fungos: *Beauveria bassiana*, *Metarhizium anisopliae*, *Isaria fumoso-rosea*, entre outros que muitas vezes são denominados de facultativos, como é o caso do *Aspergillus flavus*.

Como exemplo dos estudos que vêm sendo desenvolvidos com o objetivo de se encontrar novas estratégias de controle de insetos praga que sejam ao mesmo tempo eficientes e sustentáveis, pode ser citado o trabalho de doutorado que se encontra em andamento no Laboratório de Insetos Sociais-Praga (LISP) da Fazenda Lageado (FCA/Unesp Botucatu), sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Forti em parceria com o Brazilian Central of Studies on Ticks Morphology" (BCSTM)- Unesp Rio Claro, cuja co-

orientação está sob a responsabilidade da Profa. Dra. Maria Izabel Camargo-Mathias. Busca-se trazer à luz conhecimentos básicos que possam auxiliar no entendimento da dinâmica da adesão e do processo de germinação dos conídios de três espécies de fungos, fazendo uso de ferramentas de microscopia de luz de campo claro, bem como da eletrônica de varredura (Figura acima), no sentido de mapear as regiões do corpo do inseto que sejam mais suscetíveis para receber os conídios, conhecimento esse que, posteriormente, será importante para auxiliar no desenvolvimento de uma nova geração de iscas ou armadilhas.

Nesse estudo ficou caracterizado que o fungo *B. bassiana* tem preferência por aderir principalmente na região oral da formiga (peças bucais), enquanto *M. anisopliae* prefere o tegumento da região do abdômen das operárias. No caso de *A. flavus*, tem-se observado que existe uma preferência para deposição dos conídios na região do bulbo antenal, muito embora ainda não tenham sido observados processos de germinação, provavelmente devido ao constante comportamento de higienização realizado pelas formigas, o que caracteriza a presença de uma barreira de eficiência nesse tipo de controle.


Assim, o desenvolvimento de estudos que tenham como foco principal a busca por estratégias de controle geram informações importantes que, certamente, serão utilizadas para a construção de produtos que possam futuramente ser utilizados no campo.

Autores:

1 - MS. Raphael Vacchi Travaglini – doutorando do Programa de Proteção de Plantas Unesp/Campus de Botucatu-SP, Bolsista Capes

2 - Dr. André Arnosti – pós-doutorando no BCSTM do IB/Unesp/Campus de Rio Claro, SP. Projeto Fapesp n. 2014/19240-4

3 - Prof. Dr. Luiz Carlos Forti – Prof. adjunto do Depto. de Proteção de Plantas da Unesp/Campus de Botucatu-SP

4 - Profa. Dra. Maria Izabel Camargo-Mathias – Profa. titular do Depto. de Biologia do Instituto de Biociências da Unesp/Campus Rio Claro-SP 



■ Benefícios Reembolsáveis*



Apoio Flex



Educação



Empreendedorismo



Ajuda Mútua



Agropecuário



Férias Mais



Equipa Bem



Construa Já



Imobiliário



Propriedade Intelectual



Inovação



Veículos



Garante Saúde



Energia Renovável



Família Maior



Assistencial Express



Aporte Prev

juros a partir de
0,3% a.m.

+INPC médio
dos últimos 12 meses.

* Disponível apenas para
Sócio Contribuinte
e dependentes.

Entre em contato com a Mútua-SP e tenha todas as informações para se tornar Sócio Contribuinte.

Sistema



Rua Nestor Pestana, nº 87- Sobreloja- Consolação- São Paulo-SP
Telefone: 0800 770 5558 / (11) 3257-3750 - www.mutua-sp.com.br | mutua-sp@mutua.com.br
Facebook: /MutuadeAssistencia | Twitter: @comunicaMutua

■ Previdência Complementar



TecoPrev

Administrado por
BB PREVIDÊNCIA

É o plano fechado de previdência complementar exclusivo aos mutualistas e dependentes. Cada participante possui uma conta segregada do patrimônio dos outros participantes, da Mútua e da BB Previdência. **Seja participante!**

■ Convênios

O associado da Mútua ganha descontos em diversos estabelecimentos como hotéis, cursos, clínicas de estética e muitos outros, além de descontos nas melhores marcas do e-commerce brasileiro. **Aproveite!**



■ Plano de Saúde

Planos de saúde com cobertura nacional com livre escolha, rede médica completa e todas as coberturas previstas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), além de procedimentos adicionais.



■ Benefícios Sociais

- Pecuniário
- Pecúlio
- Auxílio funeral



MUTUA

GECOM/2016



Se as coisas boas da vida são pequenas, aqui está uma grande.

A Mútua oferece benefícios reembolsáveis para o profissional da área tecnológica e dependentes com juros a partir de **0,3% ao mês***.

*mais INPC médio dos últimos 12 meses.

Associe-se!

Seja Sócio Contribuinte e tenha, ainda, plano de saúde, previdência complementar e descontos nas melhores marcas.



IMOBILIÁRIO



APORTE PREV



PROPRIEDADE INTELECTUAL



INOVAÇÃO



ENERGIA RENOVÁVEL



ASSISTENCIAL EXPRESS



@comunicaMutua



/Mútua de Assistência



MUTUA-SP

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

www.mutua-sp.com.br

(11) 3257-3750 | (11) 3258-3464